

Boletim

Nº 2.024 - Ano 44 - 16 de julho de 2018

Marcelo Lustosa/UFMG

EXISTIR JUNTO

Em sua 50ª edição, o Festival de Inverno da UFMG tem sua concepção e programação focadas na ideia de construção de novas possibilidades de existência comum. O carro-chefe do evento, que será realizado de 20 a 28 deste mês, são as oito residências artísticas, que promoverão imersões em áreas como música, cinema, teatro e comunicação.

Páginas 4 e 5

HC exporta modelo de telessaúde
para a Amazônia peruana

Página 6



Universidade PÚBLICA, PATRIMÔNIO do povo*

Soraya Soubhi Smailj**

Por mais que sofram cortes, tenham sua expansão fortemente reduzida, sofram ataques à autonomia pedagógica (garantida pela Constituição Federal, em seu artigo 207), sejam tidas como onerosas e pressionadas para que cobrem mensalidades, as universidades públicas brasileiras seguem reconhecidas pela população como instituições fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Referência na formação de bons profissionais e cidadãos, elas são – cada vez mais – consideradas democráticas e plurais. A população deseja que as universidades públicas continuem crescendo e que o orçamento público seja destinado à educação pública, e não ao financiamento do setor privado. Esses são alguns resultados da pesquisa de opinião realizada pela Idea Big Data, em maio, com 2.168 entrevistados em todo o Brasil.

A pesquisa colabora para derrubar alguns mitos que circulam na mídia, disseminados pelos que consideram as universidades públicas ineficientes e “esquerdistas”. Apesar da grande expansão do ensino superior privado nos últimos anos, com muita publicidade e subsídio (os números do Fies cresceram exponencialmente), as universidades públicas (federais, estaduais e municipais) são vistas por 81% da população como as melhores do país, reconhecimento comprovado em todos os rankings, nacionais e internacionais.

Nas últimas avaliações dos dois principais rankings internacionais, 17 das 20 universidades brasileiras mais bem classificadas são públicas (QS Ranking 2018 e Times High Education 2017). A diferença não está apenas na sala de aula: as universidades públicas são as que produzem pesquisa em maior volume e impacto, fomentam o avanço da ciência brasileira, dialogam com os problemas da população na extensão universitária e prestam serviços públicos de qualidade – em seus hospitais, por exemplo.

Dos entrevistados, 90% consideram que as universidades públicas formam bons profissionais, e 83% avaliam que, além disso, formam bons cidadãos. Em perspectiva mais ampla, 90% entendem que são fundamentais para o desenvolvimento do País. Não é apenas uma questão de opinião. As universidades têm sido, realmente, fundamentais para diversos avanços científicos e a implementação de políticas públicas no Brasil: da vacina contra o zika vírus à bioequivalência, que possibilitou a regulamentação dos genéricos, do desenvolvimento dos biocombustíveis à descoberta do pré-sal, do genoma às formas de controle do desmatamento na Amazônia e de proteção às populações originárias, da criação das incubadoras de empresas às tecnologias sociais em áreas vulneráveis, do reconhecimento de nosso patrimônio cultural às interpretações da formação social brasileira, entre outros campos de estudo.

As universidades públicas também deixaram de ser vistas apenas como espaço das elites: 69% dos entrevistados consideram que elas promovem a inclusão social, e 65% julgam que a política de cotas nas universidades federais foi bem-sucedida, tendo ampliado o acesso. Essa democratização da universidade é vista positivamente, porquanto 69% consideram que o acesso da população antes

excluída não afeta a qualidade do ensino. De fato, não afetou na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde estudos de progresso têm mostrado que os estudantes contemplados pelo programa de cotas apresentam desempenho semelhante ao de não cotistas. Todavia, 86% consideram que o acesso às universidades públicas é difícil se comparado ao oferecido pelas particulares, por isso 90% defendem a continuidade da expansão de vagas públicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que as vagas públicas deveriam chegar a 40% da oferta no ensino superior. Contraditoriamente, a política desenvolvida tem acarretado diminuição do número de vagas, que hoje representam 27%, com tendência de queda.

O PNE foi retirado, em 2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do governo federal, fato que será agravado pela Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos. A pesquisa também aborda os cortes determinados pela emenda: 82% dos participantes avaliam que isso deve precarizar o sistema público, e 71%, que vai beneficiar o setor privado. Os entrevistados entendem que os dois principais adversários das universidades públicas no Brasil são os donos das universidades privadas e o próprio governo federal. É marcante observar ainda que a maioria rejeita, como solução, a cobrança de mensalidades – 83% são contrários à medida.

A universidade pública tem como premissa a autoavaliação permanente. Por isso é importante verificar alguns dos pontos que precisam ser analisados para uma resignificação, como o fato de 62% dos participantes da pesquisa considerarem que ela está subordinada a interesses de seus empregados, e 57% acharem que atendem a interesses de políticos, o que justifica a necessidade de isenção e de autonomia em relação a partidos e governos. O impacto das greves nas atividades letivas é motivo de preocupação para 54% dos entrevistados.

É preciso evitar ambientes acadêmicos que, embora produtivos, sejam pouco abertos ao diálogo com a sociedade. Excelência acadêmica e relevância social devem estar associadas. É preciso fortalecer os laços e formas de interlocução com a sociedade, o que só é possível em uma universidade que se questiona, avança e evolui.

A pesquisa demonstra a importância, o reconhecimento e o apoio que as universidades públicas têm no país. O ambiente universitário propicia e estimula o diálogo e a ação. É o que faz a instituição ter perenidade, produzir conhecimento e melhorar a condição humana de gerações e gerações. A universidade pública brasileira está cada vez mais em consonância com a contemporaneidade, refletindo os anseios da sociedade, lutando pela contínua expansão e ampliando sua democratização para que o ensino superior seja, de fato, um direito de todo cidadão brasileiro.

*Artigo publicado originalmente no jornal O Estado de São Paulo e reproduzido no portal da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 06/07/2018

**Reitora da Unifesp

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

PARTICIPAR do FUTURO

Novo PDI será elaborado com contribuições da comunidade; website concentra informações sobre o processo

Itamar Rigueira Jr.

Está no ar a página na internet (www.ufmg.br/pdi/2018-2023), que vai concentrar, ao longo dos próximos meses, as informações sobre o processo de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao período 2018-2023. O site reúne os textos de referência para a discussão – que serão atualizados à medida que o processo avançar –, cronograma, notícias, orientações sobre mecanismos de participação da comunidade e documentos complementares.

A participação da comunidade se dará por meio de críticas e sugestões individuais e outras geradas por discussões nas unidades acadêmicas e debates em três audiências públicas, nos campi Pampulha, Saúde e Montes Claros. Além disso, a Comissão de Sistematização do PDI propõe que grupos interessados nos mais diversos temas também se mobilizem para enviar propostas.

Para o presidente da Comissão, professor Ricardo Takahashi, o PDI é uma determinação legal, mas deve ser encarado, principalmente, como uma oportunidade especial para a Universidade. “Muito mais do que atender a uma obrigação formal, vale a pena enxergar o Plano como um documento em que a instituição sintetiza a análise sobre seu passado e projeta o futuro, de curto e longo prazos”, diz Takahashi, que é assessor especial da Reitoria.

Reflexão e síntese

O cronograma do processo de elaboração do PDI 2018-2023 prevê que, até 31 de agosto, sejam encaminhadas à Comissão de Sistematização as sugestões das unidades acadêmicas, que promoverão, segundo seus próprios critérios, discussões internas. Nos dias 22 (campi Pampulha e Saúde) e 29 de agosto (campus Montes Claros), serão realizados grandes encontros que também servirão para reflexão e síntese das contribuições da comunidade. O documento final será entregue pela Comissão de Sistematização no dia 28 de setembro, e o novo PDI seguirá para aprovação do Cepe e do Conselho Universitário em outubro deste ano. Este é o terceiro



Brasão da UFMG: PDI deve refletir identidade institucional

Plano da UFMG – os outros foram referentes aos períodos 2008-2013 e 2013-2018.

Textos preliminares sobre os eixos orientadores do Plano estão publicados no site. Com base na leitura desse material, os membros da comunidade universitária poderão enviar opiniões, críticas e sugestões para o e-mail pdi2018-2023@ufmg.br.

Com relação às discussões nas unidades acadêmicas, a Comissão recomenda que a estrutura formal em que UFMG está organizada – cursos, departamentos e congregações – seja mobilizada, como forma de garantir que o PDI contemple a diversidade da instituição. Nas três audiências públicas, a Comissão de Sistematização vai debater com a comunidade as bases conceituais do texto e reunir sugestões.

Retrato abrangente

O Plano de Desenvolvimento Institucional também vai se beneficiar de conceitos e informações dos documentos anteriores e de processo de autoavaliação iniciado há cerca de quatro anos no âmbito da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem elaborado retrato institucional abrangente da graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, gestão de pessoas, planejamento e infraestrutura. Relatórios anuais são publicados no site da UFMG e em canal de comunicação on-line com o Ministério da Educação.

“Os resultados de visita de avaliadores externos, em 2017, também ajudaram a

compreender os caminhos percorridos pela UFMG na vigência do PDI 2013-2018”, diz a professora Cristina Alvim, presidente da CPA e também integrante da Comissão de Sistematização do PDI. Segundo ela, amadureceu, nos últimos anos, a relação entre planejamento e avaliação institucional na UFMG. “A elaboração do terceiro PDI certamente vai refletir a experiência adquirida com os planos anteriores. E o novo documento vai estabelecer caminhos para o processo avaliativo futuro e sua interação com todo o planejamento da Universidade”, afirma a professora.

Os textos que servirão de base para as discussões foram produzidos pela Comissão de Sistematização do PDI. Além de Ricardo Takahashi e Cristina Alvim, integram o colegiado a diretora de Avaliação Institucional, Viviane Birchal, o professor Hugo da Gama Cerqueira, da Face, pró-reitor de Planejamento na última gestão, representantes das câmaras de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, dois servidores técnico-administrativos e dois estudantes.

Narrativa amarrada

Para Ricardo Takahashi, o Plano de Desenvolvimento Institucional tem uma característica única. “Não há outros instrumentos que abordem, da mesma forma, os rumos da instituição. O PDI contém uma narrativa amarrada discursivamente, que guia o processo oficial de deliberação na Universidade”, diz o presidente da Comissão de Sistematização.

De acordo com Takahashi, cada PDI não se esgota em si mesmo. “De um para o outro, acumulamos conhecimento e aprimoramos a reflexão. O que o Plano prevê não será cumprido integralmente em poucos anos, mas os futuros documentos serão produzidos com olhar também voltado para o último PDI, e os diversos pontos serão submetidos a novas discussões”, diz ele. “O importante é que o Plano retrate a identidade institucional”, defende.

[Versão ampliada desta matéria foi publicada no Portal UFMG, em 9/07/2018]

ELOGIO da ALTERIDADE

Festival de Inverno alcança sua 50ª edição focado na construção de novas possibilidades de existência comum

Ewerton Martins Ribeiro



Divulgação

O ator François Kahn, em *A dama e o cachorrinho*, atração da programação cultural

Com o tema *coExistência – um dois nós*, o 50º Festival de Inverno da UFMG será realizado neste mês, de 20 a 28, em diferentes espaços da UFMG em Belo Horizonte. A temática escolhida põe em cena a construção conjunta de novas possibilidades de existência comum e chama atenção para três tipos de conexões presentes na vida cotidiana: com a nossa vida interior, com os nossos semelhantes e com o mundo.

“O momento é de pensarmos o nosso coexistir, o existir junto, e de fazermos a reflexão sobre como concretizar essa convivência da diversidade, da pluralidade, num espaço comum, que é o espaço da nossa cidade e da Universidade”, afirma a reitora Sandra Goulart Almeida. “Pensar essa coexistência, – por meio das artes – é muito importante para nós”, afirma.

Para o professor Rodrigo Vivas, diretor de Ação Cultural da UFMG, a temática da coexistência representa um libelo contra as dicotomias, a polaridade e o maniqueísmo. “Nosso maior desafio, hoje, é o de nos relacionarmos com o outro, nos contaminar com o outro, ocuparmos o mesmo espaço da diferença. Em alguma medida, perdemos a capacidade de escuta”, diz o diretor, citando as redes sociais como ambientes onde “não existe diálogo e efetiva coexistência”. Nesse sentido, essa temática visa justamente pôr em cena o desejo de se encontrar possibilidades de sobreposições e de contaminações que trabalhem na contramão desse quadro.

Imersão e convivência

Com foco nessa existência em comum, o Festival deste ano contará com oito residências artísticas, modalidade já experimentada em edições do passado e retomada em 2017. Para os organizadores, desde que o Festival voltou a ser realizado em Belo Horizonte, em 2014, esse tipo de atividade revelou-se o experimento mais bem-sucedido do evento, em razão do tempo de imersão e da convivência que proporciona aos participantes. “Em cidades menores, como Ouro Preto e Diamantina, as pessoas estão sempre em contato, andando pelas ruas, encontrando-se nas praças. Quando o Festival veio para Belo Horizonte, a cidade de certa forma o engoliu. O objetivo das residências é colaborar para que, mesmo na capital, a imersão possa ocorrer”, explica o professor Mauro Rodrigues, diretor artístico do Festival de Inverno.

Rodrigues entende que as residências artísticas, em razão de sua carga horária e período integral, são o modelo de atividade mais apropriado para os interesses e as condições atuais de realização do evento. “Buscamos aprofundar esse aspecto de imersão e convivência, e as residências possibilitam isso. Elas são como um ritual de passagem. A ideia é efetivamente oferecer condições para que as pessoas suspendam a pressão de sua mecanicidade, criando assim um espaço liminar de transformação para que, ao voltarem às suas vidas cotidianas, possam alcançá-las como sujeitos mais capazes de confrontar as forças do automatismo”, afirma Rodrigues.

Em razão da potência de fomentar “pós-liminaridades”, a atividade foi escolhida como eixo organizador da edição deste ano. As residências serão realizadas nas escolas de Música e de Belas Artes.

Estão programadas residências sobre música, sonorização, captação de sons, comunicação, cinema, artes gerais, teatro e dança [leia sobre cada residência na página ao lado]. Cada uma terá carga horária de 56 horas durante oito dias. “Nosso interesse é fazer as residências dialogarem, avançando na questão da interdisciplinaridade e vislumbrando a transdisciplinaridade. O que buscamos, basicamente, é a coexistência harmoniosa. Esse diálogo ocorre, por exemplo, nas residências ministradas por Cao Guimarães e pelo grupo O Grivo, que vão relacionar som, cinema e artes plásticas, assim como nas atividades conduzidas por Francisco Valdean e Fernando Braga Campos, que vão tratar dialogicamente da produção de conteúdos comunicativos e da captação e processamento de sons”, afirma Mauro Rodrigues.

Leo Fontes



Ione de Medeiros, do Oficina Multimídia, é uma das conferencistas do evento



Jovens envolvidos no projeto *Imagens do Povo*, do Rio de Janeiro, no qual se inspira a residência *Laboratório de ComunicaÇÃO*



Benjamin Taubkin: diálogo interdisciplinar entre música e dança

Música e cidade

Uma novidade desta edição é a jornada de estudos *À escuta de mundos possíveis: música, cenas, territórios*, que vai promover reflexões sobre a relação entre a música e a cidade. A jornada será realizada no Conservatório, no dia 21, sob a coordenação de Lúcia Campos, professora da Escola de Música da Uemg e pós-doutoranda da Escola de Música da UFMG. O evento contará com mesas-redondas, painéis temáticos e exibição de documentário.

Quatro oficinas estão programadas para esta edição: duas para crianças, uma para jovens e uma para a terceira idade. Elas serão ministradas no Centro Pedagógico, na Escola de Música e na Escola de Belas Artes, respectivamente. As conferências serão realizadas no Conservatório e trarão à UFMG a atriz, diretora e dramaturga Grace Passô, a diretora do grupo Oficina Multimídia, Ione de Medeiros, o músico, compositor e ensaísta José Miguel Wisnik e o artista plástico e ensaísta Nuno Ramos.

No plano artístico-cultural, o evento contará com shows musicais, espetáculos teatrais e performances, além de concerto do Ars Nova-Coral da UFMG e de um show de samba da cantora e compositora Aline Calixto, que comandará a festa de encerramento. Outro destaque da programação é a exposição *Clébio Maduro: obra gráfica*, que será montada no saguão da Reitoria. Com abertura programada para dia 20, às 18h, a mostra reunirá 97 obras do professor da Escola de Belas Artes e considerado um dos mais importantes nomes da gravura no Brasil.

A programação do Festival de Inverno da UFMG é gratuita e pode ser conferida no site www.ufmg.br/festivaldeinverno. Algumas atividades, contudo, exigem inscrição prévia, que também pode ser feita pela internet. Além da direção geral de Rodrigo Vivas e artística de Mauro Rodrigues, a programação foi concebida sob a curadoria de Heloisa Faria Braga Feichas, Mário Alex Rosa e Patrícia Gomes de Azevedo.

As oito residências

Ateliê de música – Interdisciplinaridade com dança, com Benjamin Taubkin

Com foco na composição coletiva, estímulos vindos da dança servirão para ampliar a percepção dos músicos sobre as suas próprias criações.

Mover e som, com Dudude Herrmann

Entre a residência, a convivência e o compartilhamento, os residentes vão investir na improvisação como recurso para estabelecerem diálogos entre música e dança.

Sons do Festival, com Fernando Braga Campos [Bozo]

Das entrevistas à criação de paisagens sonoras, os participantes vão receber lições sobre captação e processamento de sons (captação geral e em gravadores portáteis) e sobre montagem de sons em software multipista.

Laboratório de ComunicaÇÃO: relatos sobre o 50º Festival de Inverno da UFMG, com Francisco Valdean

Residência inspirada no projeto *Imagens do Povo/Observatório de Favelas*, do Rio de Janeiro, a atividade vai possibilitar a produção de conteúdos – fotografia, vídeo e texto – para veiculação no site e nas redes sociais do Festival.

Som e improvisação: limites e interseções, com grupo musical experimental O Grivo

Residentes vão pesquisar maneiras de produzir, amplificar e transformar sons via recursos eletrônicos. Na atividade, será criado e montado um pequeno conjunto de improvisações musicais por meio do diálogo entre o som, a música e as narrativas visuais.

Ver é uma fábula, com Cao Guimarães

Cao Guimarães vai apresentar panorama de sua produção cinematográfica e propor exercícios sobre narrativas e poéticas visuais, com foco na relação entre imagem e som, explorando a interface de cinema e artes plásticas.

Processos de criação & Pesquisa de materiais, com Jorge Fonseca

Por meio de exercícios teóricos e práticos, os participantes vão desenvolver aspectos como inteligência visual, criatividade, conhecimento, percepção, sensibilidade e repertório cultural.

Memórias inventadas: um laboratório teatral sobre a improvisação estruturada, a partir de textos de Manoel de Barros, com François Kahn

O ator, diretor, dramaturgo e pedagogo teatral vai propor a composição de cenas individuais e coletivas, com base na improvisação de lembranças pessoais.

Telessaúde tipo **EXPORTAÇÃO**

Modelo desenvolvido pelo Hospital das Clínicas está sendo implantado na Amazônia peruana

Teresa Sanches

O governo do Peru aposta na economia proporcionada pela tecnologia da telessaúde para emitir com rapidez e precisão laudos de exames cardiológicos e oftalmológicos para a população ribeirinha de uma das áreas mais remotas da Amazônia peruana. Autoridades de saúde do país firmaram parceria inédita com o Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas (HC) da UFMG e a Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUC-Peru), com interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). O trabalho da equipe do HC vai se concentrar na implantação do sistema desenvolvido na UFMG e no treinamento dos profissionais peruanos.

No mês de maio, projeto piloto desenvolvido no vilarejo de Santa Clotilde, no Departamento de Loreto, comprovou a viabilidade da proposta, que deve envolver as universidades Nacional de San Marcos e Peruana Cayetano Heredia para ampliar o atendimento. “A região de Loreto representa um terço do território peruano, com cerca de um milhão de habitantes. É a região de menor densidade populacional do Peru e a que mais sofre com doenças transmissíveis como a malária. Por conta dessa característica, o cuidado de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, não é prioritário, o que vem aumentando o número de casos associados a problemas cardiovasculares e oftalmológicos”, explica o cardiologista do HC e coordenador da Rede de Teleassistência de Minas Gerais (RTMG), Antônio Ribeiro.

O médico, que esteve em Loreto acompanhado do chefe da Unidade de Telessaúde do HC, o oftalmologista Daniel Vitor Vasconcelos Santos, conta que o vilarejo Santa Clotilde está situado em um território com extensão aproximada à do estado de Minas Gerais. Lá existem apenas três hospitais, e o acesso se dá somente por barcos ou transporte precário, como motocicletas adaptadas.

Segundo Daniel Santos, a equipe da PUC-Peru instalou toda a infraestrutura de telecomunicação rural sem fio na região, que possibilitou alguma experiência em atendimento a distância. “Mas a metodologia aplicada ainda exige muito tempo e disponibilidade

de da equipe médica, que precisa estar conectada em tempo real à internet”, observa. Ele explica que a proposta do HC baseia-se em um modelo assíncrono – que dispensa conexão à internet em tempo real – para casos não urgentes. “Esse modelo traz ganhos na escala de atendimento, sem perda em qualidade e precisão dos resultados”, garante.

Como funciona

O profissional de uma unidade de saúde remota envia pelo sistema a demanda de atendimento para a central do Telessaúde, informando dados clínicos do paciente, exames ou mesmo imagens de lesões, para esclarecer dúvidas em relação ao diagnóstico e a necessidade ou não de encaminhamento do paciente. A demanda é classificada preliminarmente por esse profissional como eletiva, prioritária ou de urgência. Após análise remota, a equipe do plantão clínico da Telessaúde emite laudo do exame recebido (eletrocardiograma, Holter, Mapa, retinografia, espirometria) nos casos de telediagnóstico e responde às dúvidas do colega, no caso de teleconsultoria, dispensando, na maioria dos casos, a avaliação dos especialistas.

“O serviço proporciona ao paciente um diagnóstico preciso e rápido, evitando muitas vezes que ele seja encaminhado para outra unidade de saúde, geralmente distante, ou enfrente longas filas de espera para atendimento especializado. Somente com a redução do custo desses encaminhamentos, é gerada economia de R\$ 5,4 por real investido na telessaúde”, informa Daniel Santos. Segundo ele, um dos componentes que mais oneram o atendimento especializado é o transporte do paciente das pequenas cidades para os grandes centros. “Além disso, o paciente tem a conveniência de ser atendido com qualidade e próximo ao seu domicílio”, acrescenta.

Desde 2005, quando iniciou suas atividades, a RTMG recebeu investimentos da ordem de R\$ 37,7 milhões, gerando economia superior a R\$ 206 milhões, com a redução dos encaminhamentos. A Rede atende 812 municípios mineiros e outros 34 nos estados da Bahia, Acre e Mato Grosso.

Mais de 3,6 milhões de laudos de eletrocardiograma já foram emitidos – em poucos minutos, para casos urgente, e em até duas horas, para casos de rotina. Laudos de Holter, Mapa, retinografia e espirometria também são elaborados pela equipe de especialistas de plantão. Profissionais de 45 especialidades também colaboram com os colegas dos municípios conectados pelas teleconsultorias.

A Rede também desenvolve aplicativos de suporte à decisão e de orientação a profissionais de saúde e a pacientes, para uso de anticoagulantes, cuidados de geriatria, diabetes, hipertensão e obesidade. Também produz cursos e aulas pela internet e material digital para capacitação, qualificação e treinamento de profissionais de saúde.

Coordenada pelo Hospital das Clínicas da UFMG, a RTMG reúne outras seis universidades públicas mineiras: as federais de São João del-Rei (UFSJ), Uberlândia (UFU), Juiz de Fora (UFJF), do Triângulo Mineiro (UFTM) e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Estadual de Montes Claros (Unimontes).



Acervo Centro de Telessaúde do HC

O médico Antônio Ribeiro, do HC, no centro de saúde de Santa Clotilde, no Peru

'STARTUPS' PARA BIONEGÓCIOS

O BiotechTown, centro de desenvolvimento de bionegócios inaugurado em parceria com a UFMG, lançou sua primeira chamada para selecionar *startups*. O projeto vai selecionar empreendimentos para receber investimentos de até R\$ 150 mil em capital semente.

O programa de desenvolvimento de negócios é destinado a grupos que estejam em estágio de validação ou crescimento e que já apresentem um MVP (mínimo produto viável), algum protótipo ou capacidade de conduzir testes e validações comerciais ao longo do programa.

Receberão avaliação diferenciada empresas que tenham faturamento, equipes de alto desempenho com pelo menos um sócio com dedicação exclusiva e apresentem soluções inovadoras nas áreas de diagnóstico *in vitro*, *health tech*, agronegócios e alimentos. As inscrições podem ser feitas até 26 de agosto, em <https://bit.ly/2zpj0y6/>. O edital e outras informações estão disponíveis em <http://www.biotechtown.com/pt/>.

DESIGN EMOCIONAL

O que faz as pessoas desejarem determinado objeto entre tantos outros que o mercado oferece? Essa é uma das questões que vão orientar o Seminário Design Emocional, no próximo dia 9, no campus Pampulha. Organizado pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (Ieat) em parceria com o Grupo Paramec, o evento vai levar à Escola de Engenharia o professor Bernardo Providência, da Universidade do Minho (Portugal), pesquisador que conduz estudos sobre o design emocional e a experiência de produto.

Aberto ao público, com entrada gratuita, o evento será realizado na Sala de Seminário 1012, da Escola de Engenharia, das 15h às 18h. As inscrições podem ser feitas mediante preenchimento de formulário eletrônico (<https://bit.ly/2NCC6IS>).

No encontro, o professor vai ministrar a conferência *Evocando emoções no design de objetos*, em que discutirá as forças que impulsionam homens e mulheres a desejar um determinado objeto. Também vai traçar um panorama sobre o design emocional, que, no século 21, "assume-se como domínio de investigação centrado nas experiências sensoriais e cognitivas que ele desencadeia, com foco nos estímulos e nas sensações de prazer e afeto".



Cerca elétrica em área urbana: reflexão sobre o legado visual dos sistemas de segurança

CIDADE ENTRINCHEIRADA

A fachada digital do Espaço do Conhecimento UFMG exibe, até 29 de julho, a mostra fotográfica *Cidade entrincheirada*. A exposição explora esteticamente imagens de espaços urbanos com sua diversidade de sistemas de segurança e tem como idealizadores Lucas Costa Silva e Diego William Rodrigues, alunos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNA. Um dos objetivos da mostra é despertar reflexão sobre o legado visual dos sistemas de segurança instalados nas cidades: cercas, câmeras e muros, entre outros recursos.

BIBLIOTECAS E CIDADANIA

A Biblioteca Universitária da UFMG recebe, até 30 de agosto, textos científicos para o quarto volume da revista *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*. Este número reunirá reflexões sobre o papel das bibliotecas como agentes e espaços de geração e compartilhamento de conhecimento para a cidadania.

Podem ser enviados artigos, ensaios, relatos de experiências, resenhas e relatórios de pesquisa em português, inglês ou espanhol. A submissão deve ser feita no site da revista (<https://bit.ly/2wAr1yQ/>).

Editado pela Biblioteca Universitária e pela Diretoria de Governança Informacional, o periódico abriga discussões teóricas e relatos de práticas, sob aspectos tecnológicos, humanos e sociais. Mais informações podem ser solicitadas pelo e-mail revista@bu.ufmg.br.

BORGES E A TRADIÇÃO JUDAICA

A publicação semestral *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG* divulgou chamada para o número 23. Até 30 de setembro, interessados em publicar artigos no dossiê *Jorge Luis Borges e o arquivo da tradição judaica* podem submeter trabalhos inéditos. O volume será lançado em novembro de 2018 e conta com edição de Lyslei Nascimento (UFMG) e Ricardo Forster (Universidade de Buenos Aires, Argentina).

Natural de Buenos Aires, Borges (1899-1986) tem suas obras atravessadas pela Bíblia, pela língua e literatura judaica. Além de artigos, a edição reunirá resenhas, contos, poemas, traduções, crônicas e trabalhos artísticos como fotografias e charges. As submissões serão feitas exclusivamente pela plataforma da revista. Mais informações podem ser solicitadas pelo e-mail nej.letas.ufmg@gmail.com.

DIREITAS NA AMÉRICA LATINA

Pesquisadores renomados e doutorandos de diferentes instituições do Brasil e do exterior estarão reunidos, de 20 a 22 de agosto, no campus Pampulha, para o colóquio *Pensar as direitas latino-americanas no século XX*. Onze mesas terão apresentações sobre temas como direitas e religiões, governos e políticas públicas, repressão na perspectiva de gênero, partidos e organizações sociais, culturas políticas das direitas, conceitos e historiografia e relações das direitas com a economia.

Alguns dos objetivos do evento são a constituição de redes e a consolidação de pesquisas realizadas no Programa de Pós-graduação em História da UFMG e nas instituições parceiras. A UFMG organiza o evento ao lado da Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina) e a Université de Toulouse (França). Informações sobre inscrições e programação estão disponíveis em www.ungs.edu.ar e podem também ser obtidas pelo e-mail derechas@ung.edu.ar.

ESBOÇO que não encontrou FORMA

Em novo livro, Heloisa Starling mostra o que era ser republicano no Brasil Colônia e como a palavra república tornou-se um “chavão desimportante”

Itamar Rigueira Jr.

Como pode uma tradição acabar sendo esquecida? Como foi que ela desapareceu quase sem deixar vestígio? Na República que o final do século 19 remeteu ao presente, os marcos que fundaram o republicanismo do período colonial estavam descaracterizados, e a antiga tradição não conseguiu encontrar sua instituição apropriada.

Extraído da introdução do novo livro da historiadora e cientista política Heloisa Starling, o trecho acima oferece uma boa pista da motivação e dos objetivos da empreitada, iniciada há pouco mais de dez anos. Em *Ser republicano no Brasil Colônia – A história de uma tradição esquecida* (Companhia das Letras), a professora da UFMG revela que os valores republicanos guiaram sonhos, projetos e revoltas de brasileiros muito antes da derrubada do Império, em 1889.

“O repertório da cultura do republicanismo, baseada em princípios como bem público, igualdade e justiça, circulou intensamente entre os colonos, mas eles não estavam interessados na doutrina ou em construir uma teoria. O que se buscava era a aplicabilidade daquele ideário para entender a crise e enfrentar a conjuntura desfavorável”, explica Heloisa, acrescentando que é possível detectar influências das matrizes romana (da Antiguidade), italiana (Renascimento), inglesa (século 17), norte-americana (séculos 18) e francesa (séculos 18 e 19).

Conceitos, argumentos e formas de linguagem eram veiculados nas cidades em panfletos de algumas dezenas de páginas ou em textos mais curtos, pregados nas ruas. “Na Conjuração Baiana, livros manuscritos sobre a Revolução Francesa atingiram a população pobre de Salvador. No Rio, traduções de jornais da Europa eram distribuídas nas boticas. As ideias se movimentavam de forma criativa”, conta Heloisa Starling, que visitou arquivos do Brasil, de Portugal e da França e

contou com a ajuda de historiadores especialistas em século 18, como Evaldo Cabral de Melo, Alberto da Costa e Silva e Júnia Ferreira Furtado, colega da autora na UFMG.

Personagem feminina

A pesquisadora dedicou parte significativa de seu esforço a movimentos como os que agitaram Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, entre as últimas décadas do século 17 e o início do século 18. Essas conjurações concentravam propostas de república. “A historiografia sempre chamou a atenção para a república formalmente inaugurada no final do século 19. Por que estudamos tão pouco as conjurações? Olhamos para elas como se não tivessem importância e não sabemos direito o que elas foram”, comenta Heloisa Starling, ressaltando que foi na Conjuração do Rio de Janeiro que apareceram com força, pela primeira vez, os conceitos de democracia e bem comum.

A professora do Departamento de História da UFMG revela que sempre lhe causou incômodo a forma como, em geral, a historiografia deprecia a Conjuração Mineira. E diz que foi longe na investigação sobre o assunto. Como resultado, a obra *Ser republicano no Brasil Colônia* destaca informações pouco conhecidas ou mesmo inéditas. Por exemplo, ela mostra que um segundo exemplar do livro que continha a Constituição dos estados americanos – o primeiro esteve em poder de Tiradentes e dos inconfidentes mineiros – chegou a Pernambuco e influenciou a Constituição da Primeira República, idealizada pelos revoltosos de 1817. Heloisa também descobre mais sobre uma personagem feminina, a fazendeira Hipólita Jacinto, cuja participação na Conjuração Mineira transcendeu o papel de musa, normalmente atribuído às mulheres ligadas ao movimento.

Outra questão que moveu a investigação de Heloisa Starling é a razão pela qual o republicanismo, tradição tão rica e libertária, perdeu-se no tempo. “No final do livro, mostro que a tradição está esquecida, mas não desaparecida. Movimentos dos séculos 20 – como Canudos e a Revolta da Vacina – e até mais recentes são lampejos”, ressalta a autora. “Hoje todo mundo se diz republicano, mas não sabemos bem o quer dizer, e *república* se tornou uma palavra vazia. Por isso é fundamental resgatar a tradição, que oferece ferramentas para entender o presente.”



Reprodução

Livro: *Ser republicano no Brasil Colônia – A história de uma tradição esquecida*

Autora: Heloisa Murgel Starling

Editora: Companhia das Letras

384 páginas / R\$ 66,90 (impresso) e R\$ 39,90 (e-book)

EXPEDIENTE

Reitora: Sandra Goulart Almeida – Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira – Diretora de Divulgação e Comunicação Social: Maria Céres Pimenta Spínola Castro – Editor: Flávio de Almeida (Reg. Prof. 5.076/MG) – Projeto Gráfico: Marcelo Lustosa – Diagramação: Romero Moraes – Revisão: Cecília de Lima e Josiane Pádua – Impressão: Imprensa Universitária – Tiragem: 4,6 mil exemplares – Circulação semanal – Endereço: Diretoria de Divulgação e Comunicação Social, campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Telefone: (31) 3409-4184 – Internet: <http://www.ufmg.br> e boletim@cedecom.ufmg.br. É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.

UFMG

Carta

9912388766/2015DRMG

UFMG

Correios